

seres humanos têm direito a alimentação, moradia, dentre outros direitos básicos, constantes na carta dos direitos humanos e em nossa constituição.

De acordo com nossa analogia com a teoria da alocação ótima, para o bem comum, o bem de toda a sociedade, seus recursos deveriam ser melhor alocados do que vêm sendo. Investimos mais dinheiro nos palácios e tribunais, do que em escolas e hospitais públicos. Não somente os prédios das escolas são mal conservados, mas mal projetados, sem janelas que permitam iluminação e ventilação eficientes, por exemplo. O investimento em saneamento básico é ainda insuficiente, gerando um quadro em que doenças que poderiam já estar erradicadas ainda afetam imensos contingentes de brasileiros, principalmente os mais pobres. Os reajustes do funcionalismo público (**servidores** públicos, funcionários a **serviço** da população, convém não esquecer), adotam índices diferenciados, privilegiando, via de regra, os detentores dos maiores salários, aumentando o abismo entre estes e os níveis inferiores, nem por isso menos importantes ou necessários. Afinal de contas é o professor que está em sala de aula, por exemplo, o responsável pelo trabalho efetivo, diário, com os alunos. Alunos estes que terminam o ensino público, muitas vezes, despreparados para ocupar seu lugar em uma sociedade competitiva, sem perspectivas de seguir seu ideal ou vocação. Ideais e vocações que acabam restritos aos filhos da elite, aos nossos filhos. Aos demais resta apenas tentar sobreviver...

Uma sugestão, um pouco ingênua, mas interessante para melhorar os serviços públicos, seria que os políticos, responsáveis em última instância pelo ensino e saúde municipal, estadual e federal, deveriam ser obrigados a utilizarem dos serviços que oferecem para a sua população. Por que não colocam seus filhos nas escolas públicas, se eles são responsáveis últimos por sua qualidade? O mesmo deveria valer para a saúde pública, etc. Porque, se são pagos pela população para servi-la, oferecem a esta (seu eleitorado) um serviço que ele e sua família não utilizam?

Num sistema natural, todos os componentes bióticos (vivos) têm interações e funções diversas e distintas, mas essenciais para que o sistema funcione em harmonia. Quando isso não acontece, por interferência humana ou natural, como um furacão, por exemplo, o sistema pode entrar em colapso. É o que parece ocorrer em nossa sociedade. Mais do que falta de recursos, a sua distribuição inadequada está excluindo um imenso contingente de pessoas de usufruir direitos humanos básicos.

Agora, na véspera das festas de fim de ano, muitos de nós se reúnem em igrejas e comunidades religiosas. Buscam comungar do espírito do Natal e confraternizar com seus semelhantes. De fato, as religiões, qualquer uma, têm um papel fundamental na formação das sociedades humanas. Princípios éticos e morais são bem definidos, mais ou menos explicitamente, em todas elas. Infelizmente, em muitos casos, a moral sexual parece ser mais importante do que a moral relativa ao bom uso dos bens públicos, o que é difícil de entender. Se tanto o sexo antes do casamento, por exemplo, como o desvio de fundos do governo são considerados pecados, porque tanta ênfase no primeiro? A princípio, este causaria mal somente às duas pessoas envolvidas, enquanto que o segundo é grande responsável pela imensa desigualdade social brasileira.

Creio que a maioria dos envolvidos nos inúmeros casos de corrupção (alocação indevida dos recursos públicos) divulgados pela mídia ao longo de 2006 tem alguma religião, crê em algum deus. Por isso, seria também interessante que seus líderes religiosos não os abençoassem publicamente em missas, cultos ou outros tipos de cerimônias, como muitas vezes os vemos, mas que os exortassem, mesmo que em reservado, a usar de maneira honesta os recursos públicos. "Aprendeí a fazer o bem; atendei à justiça, repreendei ao opressor; defendei o direito do órfão, pleiteai a causa das viúvas" (Isaías 1:17). Para gerações e gerações de políticos, o bem público tem sido confundido com seus interesses privados, muitas vezes abençoados pelo poder religioso.

Mas quando falamos de corrupção, apenas apontar os nossos dedos para os políticos não nos levará a construir uma sociedade mais justa e equilibrada. Não são eles os únicos responsáveis por tal estado de coisas. Cada um de nós pode ser corrupto, na medida em que usamos de maneira inadequada o nosso tempo de trabalho, tentamos subornar o guarda quando ele nos pega em alguma infração, deixamos de recolher os impostos devidos, aceitamos suborno quando fiscalizamos um estabelecimento,... Quando atribuímos aos políticos e aos muito ricos toda a responsabilidade sobre o nosso caos social, diminuímos a chance de que alguma mudança, de fato, ocorra. Pois não cabe apenas a **todos** nós, cabe a **cada um** de nós, fazer a sua parte. Parece a mesma coisa, mas não é. Quando definimos a responsabilidade de algo a um determinado grupo, a responsabilidade individual de cada um se dilui, e o que era para ser tarefa de todos, acaba sendo desempenhada por ninguém...

Se fizermos mais freqüentemente uma avaliação de nossos atos e buscarmos mais coerência entre estes e o nosso discurso, se cobrarmos de nossos representantes uma postura mais digna, se não reelegermos aqueles que não honram seus mandatos, quem sabe assim possamos comemorar não apenas um Natal feliz e exclusivo, para poucos, mas um Natal e Ano Novo inclusivos, para todos...

Um Natal exclusivo ou inclusivo?*

Myrna Landim
Profa. Dra. Departamento de Biologia/UFS
Coordenadora do Núcleo de Ecossistemas Costeiros/UFS

Vivemos em tempos nos quais o ideal que se almeja é ser **exclusivo**. Morar em condomínios exclusivos, dirigir carros exclusivos, usar griffes exclusivas... Mas o que isso significa? Significa, simplesmente, buscar bens e serviços (“objetos de desejo”), que não estão disponíveis à maioria da população, ao “povão”. Isso nos definiria, detentores desses bens, como seres diferenciados em nossa sociedade. No entanto, essa diferenciação em nada se assemelha à busca de nossa individualidade, quando buscamos ser um indivíduo, único. De fato, embora busquemos alguma diferenciação dos demais quando procuramos ser “exclusivos”, acabamos muitas vezes produtos em série, similares em quase tudo, sem distinção, todos semelhantes em nossa busca por “exclusividade”.

E porque uma ecóloga deveria se preocupar com estas questões, ditas “sociais”? Na verdade, o termo Ecologia vem do grego e significa, literalmente, “estudo da casa”. A “casa” é nosso ambiente, e esse ambiente é algo que pode incluir todo o planeta, em última instância, ou partes dele, como florestas, manguezais, mares e (porque não?) cidades. A ecologia, sendo a ciência que estuda as relações dos seres com o seu meio, deveria ser encarada de maneira mais séria por todos nós, principalmente pelos administradores públicos. Afinal, todos nós dependemos intimamente, mesmo sem muitas vezes nos darmos conta, de nosso ambiente. E neste ambiente estão incluídas, também, as relações sociais nas comunidades humanas.

Na verdade, não creio que essa “cultura da exclusividade” seja sustentável, para usar um termo retirado das ciências ambientais. Ao longo do tempo o que ela tem feito é aumentar um abismo, um fosso entre os vários segmentos de nossa sociedade. Algo exclusivo, por definição, exclui pessoas. É isso que obtemos ao buscar o “exclusivo”, mesmo que não conscientemente. Excluimos quem não se veste como nós, quem não pode comer onde comemos, quem não frequenta os restaurantes que frequentamos... Mas não excluimos essas pessoas de verdade. A realidade está ao nosso redor e “quem não é cego pode ver”. Somos todos “inclusivos”: compartilhamos o mesmo planeta, vivemos nas mesmas cidades, consumimos o mesmo ar e água. Os muros de nossos condomínios não são fronteiras eficazes para a poluição da água e do ar, a contaminação do lençol freático por esgoto não tratado, para não dizer para os ladrões...

Se não por respeito à dignidade que todo ser humano, mesmo, **inclusivo** o mais pobre, tem, deveríamos buscar relações sociais mais justas, pelo menos por pensar que esse desequilíbrio vai, de alguma maneira, em algum momento, atingir a elite. Por “elite” não se deve considerar apenas a fração muito rica da sociedade, mas todos nós que temos acesso à educação, saúde e informação. Num país como o nosso, isso já configura um acesso a “privilégios” que a imensa maioria não tem.

Nossa elite, que elogia a qualidade de vida dos países ricos, em suas visitas aos Estados Unidos ou a Europa, não percebe que muito dessa qualidade se deve a uma melhor distribuição de renda nesses países. Isso, por aqui, é tema tabu, cheirando a socialismo, ou é confundido com assistencialismo, com “bolsas” e demais programas que, embora necessários, são insuficientes, para construir uma população com dignidade e consciência própria.

Na verdade constata-se, apesar do abismo econômico existente entre países ricos e pobres, uma maior identidade das elites intercontinentais que entre essas e seus conterrâneos, na mesma região. Há algum tempo atrás, um conhecido curso de idiomas tinha por slogan algo como “Você, cidadão do mundo”. A globalização, facilitada pela internet, onde pessoas de países, de continentes os mais distantes possam entrar em contato e trocar idéias e experiências, é extremamente salutar. Podemos assim compreender quão grande, quão diverso e, em muitos aspectos, quão igual nosso planeta é ao longo de sua imensa superfície... Mas esse slogan me chocou um pouco, talvez por pensar que antes de se considerarem cidadãos brasileiros, antes de conhecerem efetivamente a realidade de seu país, os contrastes de seu país, esses alunos buscam ser cidadãos do mundo. Não cabe aí nenhuma dose de xenofobia ou ufanismo patriota, muito pelo contrário. Talvez a diversidade racial/cultural brasileira possa dificultar a formação de nosso senso de identidade, mas não podemos negar nossas origens, sem soarmos falsos.

O fato é que o abismo social existente em nosso país é imenso e, se vem diminuindo, como divulgam as estatísticas do governo, o vem fazendo muito lentamente. E essa estrutura não é sustentável por muito tempo. Um conceito ecológico, o da teoria da alocação ótima dos recursos, postula que, sendo os recursos finitos, uma partição ótima desses significa que estes devem ser alocados, distribuídos, da maneira mais vantajosa para a sobrevivência do grupo. Em nossa analogia, os recursos são não apenas os recursos naturais, como também financeiros. O grupo em questão é a sociedade, toda ela, até os mais miseráveis, e não somente a elite. Para muitos, aqueles representam apenas um incômodo, um fardo a carregar. Para outros, massa de manobra para continuarem no poder, através do exercício de nosso jogo democrático. Muitos deles não são “sujeitos econômicos”, não produzem, não consomem, poderiam desaparecer sem fazer muita falta. Mas, ao contrário dos sistemas naturais, as comunidades humanas são orientadas por princípios éticos. É ponto pacífico que todos os